

Polo Films
Indústria e
Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Polo Films Industria e Comercio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Polo Films Industria e Comercio S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Polo Films Industria e Comercio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Perda na alienação de investimento

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, que descreve que parte substancial do prejuízo do exercício é decorrente de transação de venda de investimento por valor inferior ao de livros para o antigo controlador da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita - notas explicativas 3c e 22 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

O reconhecimento de receitas de vendas ocorre no ato da emissão da nota fiscal ou documento correspondente, que não necessariamente coincide com a transferência dos riscos e benefícios significativos da transação para o comprador. Dessa forma, há um risco de as receitas não serem reconhecidas em exercício apropriado.

Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e o volume das transações efetuadas no final de cada período e a necessidade de manutenção de rotinas de controles internos que suportem a identificação do momento do reconhecimento das receitas de produtos faturados e não entregues no final do exercício.

Como auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) avaliação de desenho dos controles internos chave relacionados ao processamento de receita, especialmente os relativos ao faturamento;
- (ii) teste, em base amostral, de receitas reconhecidas ao longo do ano, especificamente no final do exercício;
- (iii) avaliação das receitas reconhecidas seguindo o período de competência e a adequação das premissas determinadas pela Companhia e sua controlada para estimativa de corte de receita;
- (iv) avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos em janeiro de 2018;
- (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, em especial a divulgação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada com relação ao reconhecimento de receita.

As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à identificação do momento do reconhecimento das receitas de produtos faturados e não entregues no final do exercício alteraram nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos de auditoria inicialmente planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação das receitas, os quais foram ajustados pela Administração. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sintetizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita efetuado pela Companhia e sua controlada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2016 nas demonstrações financeiras

Os valores correspondentes de 31 de dezembro de 2016 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de



expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Polo Films Industria e Comércio S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 (Não auditado)	2017	2016 (Não auditado)			2017	2016 (Não auditado)	2017	2016 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	429	1	13.724	1	Fornecedores	13	42.479	-	42.276	-
Contas a receber de clientes	5	74.052	-	44.861	-	Impostos a recolher	14	4.604	-	4.882	-
Estoques	6	40.716	-	51.118	-	Salários, provisões e encargos sociais	15	3.618	-	3.618	-
Impostos a recuperar	7	2.019	-	7.063	-	Debêntures	16	3.250	-	3.250	-
Bens destinados a venda	8	3.073	-	3.073	-	Outras contas a pagar	17	4.281	-	4.995	-
Outras contas a receber	9	4.465	-	4.468	-	Total do passivo circulante		58.232	-	59.021	-
Total do ativo circulante		124.754	1	124.307	1	Provisão para perda de investimento	10	890	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	-	-	347	-	Debêntures	16	592.670	-	592.670	-
Total do realizável a longo prazo		-	-	347	-	Total do passivo não circulante		593.560	-	592.670	-
Imobilizado	12	189.253	-	189.253	-	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		189.253	-	189.600	-	Capital social	19	642	1	642	1
Total do ativo		314.007	1	313.907	1	Reserva de capital		6.445	-	6.445	-
						Prejuízos acumulados		(344.871)	-	(344.871)	-
						Total do patrimônio líquido		(337.784)	1	(337.784)	1
						Total do passivo		651.791	-	651.691	-
						Total do passivo e patrimônio líquido		314.007	1	313.907	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Polo Films Industria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Nota	2017	2017
Receita operacional líquida	20	107.693	98.297
Custos das mercadorias vendidas	21	<u>(100.815)</u>	<u>(90.413)</u>
Lucro bruto		<u>6.878</u>	<u>7.884</u>
Despesas administrativas e gerais	22	(1.304)	(1.349)
Despesas com vendas	22	(2.057)	(2.181)
Outras despesas	22	(316.876)	(316.964)
Resultado de equivalência patrimonial	10	227	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(313.132)</u>	<u>(312.609)</u>
Receitas financeiras	23	6	307
Despesas financeiras	23	<u>(14.183)</u>	<u>(15.354)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(14.177)</u>	<u>(15.047)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(327.309)</u>	<u>(327.656)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	<u>-</u>	<u>347</u>
Prejuízo do exercício		<u>(327.309)</u>	<u>(327.309)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Polo Films Industria e Comércio S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
Prejuízo do exercício	<u>(327.309)</u>	<u>(327.309)</u>
Outros resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(327.309)</u></u>	<u><u>(327.309)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Industria e Comércio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 28 de agosto a 31 de dezembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social			Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Capital Social integralizado			
Saldo em 28 de agosto de 2016 (data de constituição) - não auditado	-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital social a integralizar	10	(10)	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	1	1	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	10	(9)	1	-	-	1
Aumento de capital com acervo líquido recebido	641	-	641	-	-	641
Incentivos fiscais	-	-	-	6.445	(6.445)	-
Transação entre acionistas	-	-	-	-	(11.117)	(11.117)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(327.309)	(327.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	651	(9)	642	6.445	(344.871)	(337.784)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Films Industria e Comércio S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 28 de agosto a 31 de dezembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(327.309)	(327.309)
Ajustes para:		
Depreciação	9.041	9.041
Resultado de equivalência patrimonial	(227)	-
Despesas financeiras debêntures	14.703	14.703
Perda na alienação de investimento	314.948	314.948
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(347)
Variações nos ativos e passivos		
Estoques	(10.809)	(20.412)
Contas a receber de clientes	(31.459)	33.054
Outras contas a receber	(4.465)	(4.463)
Impostos a recuperar	(2.019)	(6.502)
Outros contas a pagar	4.281	4.374
Impostos a recolher	4.604	4.882
Fornecedores	42.479	1.081
Salários, provisões e encargos sociais	383	384
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>14.151</u>	<u>23.434</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(20.045)	(20.045)
Alienação de investimento	16.322	16.322
Aquisição de investimento, líquido de caixa para o consolidado	(10.000)	(5.988)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	<u>(13.723)</u>	<u>(9.711)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>428</u>	<u>13.723</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1	1
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	429	13.724
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>428</u>	<u>13.723</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Companhia “Polo Films Industria e Comércio S.A.” é uma empresa constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Luiz Carlos Berrini 105/11 andares em São Paulo/SP e sua unidade industrial está localizada na Rodovia BR 386, km 423, Distrito Industrial de Montenegro, Município de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia foi constituída em 29 de agosto de 2016 e iniciou suas atividades em agosto de 2017, tem por objeto social a industrialização e comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP) de embalagens e materiais plásticos em geral, a prestação de serviços relacionados com seus produtos e participação em outras sociedades, civis ou industriais, a administração, e importação e exportação de bens próprios ou terceiros.

A Companhia era controlada pelo Polo Indústria e Comércio S.A. (Grupo Unigel) sendo que em 01 de novembro de 2017, a Companhia passou a ser controlada pela Mais Films Holding S.A. Companhia não pertencente ao Grupo.

Movimentações societárias do período:

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2017, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 641 mediante a conferência de bens, direitos e obrigações advindos da empresa Polo Indústria e Comércio S.A. controlada pelo Grupo Unigel. Nos termos acordados, os ativos e passivos assumidos em 31 de agosto de 2017 foram:

	<u>Valor</u>
Duplicatas a receber	42.593
Estoques	29.907
Imobilizado	181.321
Encargos e obrigações trabalhistas	3.233
Debêntures	249.947
Acervo líquido	641

O acervo líquido foi apurado a valor contábil mediante laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

Situação operacional

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 327.309 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 que ocasionou em um patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 337.784. Parte substancial deste prejuízo decorre de transação societária melhor detalhada na nota explicativa nº 10.

A Companhia possui capital circulante líquido positivo e capacidade de geração de caixa operacional. Seu endividamento se dá com partes relacionadas de seus próprios controladores e é de longo prazo (com vencimento a partir de 2018).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações nos próximos exercícios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 06 de junho de 2018.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 6** - Provisão para perdas de estoque;
- **Nota explicativa nº 12** - Definição de vida útil do ativo imobilizado
- **Nota explicativa nº 24** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia e sua controlada revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então analisam as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

e. Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo é formado pela seguinte Companhia:

Participação acionária %	2017	2016
<ul style="list-style-type: none">• Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	100%	—

1. Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O investimento da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais compreende suas participações em controladas.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente variação cambial e juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e debêntures. As despesas e receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Imposto Corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação..

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

h. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras pré-fixadas, e com baixo risco de variação no valor de mercado, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo do ativo imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado com parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação com o valor contábil do item), são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada.

(iii) Depreciação

A depreciação é conhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas anuais estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	4% ao ano
Máquinas e equipamentos	10% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Equipamento de computação	20% ao ano
Benfeitorias	4% ao ano
Instalações, ferramentas e instrumentos	10% ao ano
Peças e materiais de reposição	10% ao ano

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustado prospectivamente, caso seja apropriado.

k. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantido para venda ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados.

I. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia e sua controlada em condições que a Companhia e sua controlada não considerariam em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou dos emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia e sua controlada utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e sua controlada consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, exceto o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia e sua controlada não consideram que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos e financiamentos que são mensurados a valor justo.

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Administração da Companhia e sua controlada estão avaliando a norma e, em virtude do atual estágio das análises que envolve uma adaptação no sistema de gestão, não foi possível estimar de forma razoavelmente confiável qual o impacto a ser considerado em função dessa mudança. Entretanto, não deve ser significativa, uma vez que o risco de crédito de suas contas a receber é baixo.

CPC 47 - Receita de contrato com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, entre outras.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

Até o momento, com base em sua avaliação preliminar, a Companhia e sua controlada não identificaram impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas CPC 30 em relação ao reconhecimento da receita. Contudo espera-se que as notas explicativas às demonstrações financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia e sua controlada não adotaram antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia e sua controlada estão avaliando a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido.

CPC 06 (R2) (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e não deve trazer um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia e sua controlada ainda estão estudando qual será seu modelo de transição, mas inicialmente pretende aplicar a o CPC 06 (R2), usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros do Grupo..

2. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2017	2016(Não auditado)	2017	2016(Não auditado)
Caixa e bancos conta movimento (i)	-	-	91	1	933	1
Aplicação financeira (ii)	CDI	Indeterminado	338	-	12.791	-
Caixa e equivalentes de caixa			429	1	13.724	1

- (i) Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem, basicamente numerários em espécie e depósitos disponíveis, respectivamente.
- (ii) As aplicações da Companhia são pré-fixadas apresentadas no ativo são aplicadas no FICFI - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento do Itaú remuneradas a 100% do CDI.

Essas aplicações são destinadas a cumprir com necessidades de capital de giro.

As receitas de juros sobre aplicação financeira são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

A exposição de risco de juros está sendo apresentada na nota explicativa n° 25 de Instrumentos financeiros.

3. Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
Contas a receber no país	183	27.018
Contas a receber no exterior	17.843	17.843
Partes relacionadas (nota explicativa n° 11)	56.392	-
	74.052	44.861

Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
A vencer	31.103	37.689
Vencidos de 1 a 30 dias	7.522	6.725
Vencidos de 31 a 60 dias	6.212	447
Vencidos de 61 a 90 dias	15.515	-
Vencidos acima de 90 dias	13.700	-
Total	74.052	44.861

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída tendo como base os valores vencidos acima de 90 dias. Entretanto, o montante de R\$ 13.700, apresentado acima, vencido à mais de 90 dias trata-se de valores com partes relacionadas que não possui risco de crédito.

4. Estoques

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
Matérias-primas	6.598	6.598
Produtos acabados	9.601	20.001
Produtos em elaboração	6.803	6.803
Embalagem e auxiliares de produção	1.694	1.694
Almoxarifado	9.003	9.003
Estoque em poder de terceiros	6.938	6.940
Importações em andamento	79	79
	<u>40.716</u>	<u>51.118</u>

5. Impostos a recuperar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
ICMS a recuperar	-	1.582
IPI a recuperar	-	2.095
Reintegra	456	456
PIS a recuperar	279	522
COFINS a recuperar	1.284	2.408
	<u>2.019</u>	<u>7.063</u>

6. Bens mantidos para venda

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
Planta desativada		
Terrenos	1.157	1.157
Edifícios Industriais	1.880	1.880
Benfeitorias	36	36
	<u>3.073</u>	<u>3.073</u>

Dos ativos assumidos pela Companhia, foi recebido uma planta desativada na localidade de Varginha - MG, a Administração não tem intenção de uso dessa planta e reclassificou a mesma para bens mantidos a venda no valor de R\$ 3.073 mil.

Os bens destinados a venda, estão registrados pelo custo, líquido da depreciação acumulada ou valor líquido estimado da realização, dos dois o menor.

7. Outras contas a receber

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Outros créditos (i)	3.873	3.876
Despesas antecipadas	592	592
	4.465	4.468

- (i) O saldo de outros créditos é composto em sua maioria por adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros.

8. Investimento

	2017
Investimento em controlada	
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	-
	-
Movimentação	
Participação inicial na data de aquisição (1)	(1.117)
Equivalência patrimonial	227
Provisão para perda em investimento	(890)

Em 31 de outubro de 2017, a Polo Indústria e Comércio S.A. (antiga controladora da Companhia) pertencente ao Grupo Unigel alienou sua participação na Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A. por um valor simbólico de um real que posteriormente foi ajustado conforme cláusulas contratuais pelo valor de R\$ 10.000. Nesta data o patrimônio líquido contábil da Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A. era de (R\$ 1.117). Como, neste momento, esta transação estava sobre controle comum os efeitos foram reconhecidos no patrimônio líquido.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de setembro de 2017, a Companhia assumiu em assunção de dívida da empresa Proquigel Química S.A. (pertencente ao Grupo Unigel) o montante de R\$ 331.281 (veja nota explicativa nº 16) em contrapartida da obtenção de um direito creditório no mesmo montante.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2017, os acionistas decidiram aumentar o capital da Proquigel Química S.A. com estes direitos creditórios. Passando a Companhia nesta data deter o controle da Proquigel Química S.A.

A Companhia era controlada pelo Polo Indústria e Comércio S.A. (Grupo Unigel) sendo que em 01 de novembro de 2017, a Companhia passou a ser controlada pela Mais Films Holding S.A. Companhia não pertencente ao Grupo.

Em 01 de novembro de 2017, a Companhia vendeu as ações que detinha na Proquigel Química S.A. para o Grupo Unigel antigo controlador pelo montante de R\$ 16.322 gerando uma perda no montante de R\$ 314.959 o qual está registrado como outras despesas operacionais.

Composição do investimento

Abaixo segue quadro da composição do investimento.

	Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	Participação	Total do ativo da investida	Resultado da investida	Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2017	Proporcional Polo Films	Valor em 31 de dezembro de 2017
(Sul Rio Grandense)	1	1.000	100%	56.732	(891)	(890)	227	227

9. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração do pessoal chave da administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 576 (quinhentos e setenta e seis mil reais) na controladora, registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e sua controlada não possuem outros tipos de remuneração ao pessoal-chave da administração, tais como, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final e direta da Companhia é a Mais Films Holdings S.A. que detém a totalidade das ações de seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos das transações entre partes relacionadas ocorridos durante o exercício de 2017, são revendas de produtos, visto que a controlada (Sul Rio-Grandense) revende os produtos industrializados da Companhia. Essas transações são efetuadas em condições acordadas entre as partes.

	2017
Ativo Circulante	
Contas a receber (nota explicativa nº 5)	
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	56.392
	<u>56.392</u>
Passivo Circulante	
Fornecedores (nota explicativa nº 13)	
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	203
	<u>203</u>
Resultado do Exercício	
Receita Bruta (nota explicativa nº 20)	
Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.	117.754
	<u>117.754</u>

10. Imobilizado

Movimentação do custo e depreciação acumulada.

	Consolidado					
	31/12/2016	31/12/2017				
	Saldo inicial	Adição em conferência de bens (i)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Custo do imobilizado						
Edificações (ii)	-	63.476	-	-	(3.080)	60.396
Máquinas e equipamentos	-	303.277	13.741	-	(23.973)	293.045
Instalações, ferramentas e instrumentos	-	48.435	-	-	(3.644)	44.791
Móveis e utensílios	-	1.884	-	-	(3)	1.881
Equipamentos de computação	-	1.993	-	-	(707)	1.286
Terrenos	-	165	-	-	-	165
Benfeitorias	-	777	-	-	(1.400)	(623)
Obras em andamento	-	28.837	6.147	-	29.734	64.718
Peças e materiais de reposição	-	6.150	157	-	-	6.307
	-	454.994	20.045	-	(3.073)	471.966
	31/12/2016	31/12/2017				
	Saldo inicial	Adição em conferência de bens (i)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Depreciação						
Edificações	-	(36.426)	(826)	-	-	(37.252)
Máquinas e equipamentos	-	(198.805)	(7.172)	-	-	(205.977)
Instalações, ferramentas e instrumentos	-	(34.272)	(990)	-	-	(35.262)
Móveis e utensílios	-	(1.724)	(14)	-	-	(1.738)
Equipamentos de computação	-	(1.811)	(32)	-	-	(1.843)
Benfeitorias	-	(634)	(7)	-	-	(641)
	-	(273.672)	(9.041)	-	-	(282.713)
Saldo líquido do ativo imobilizado	-	181.322	11.004	-	(3.073)	189.253

- (i) As adições em conferência de bens são referentes aos ativos imobilizado assumidos conforme nota explicativa nº 1.
- (ii) A transferência no valor de R\$ 3.073, é referente a reclassificação para bens destinados a venda, referente a uma planta desativada na localidade Varginha - MG, nota explicativa nº 8.

11. Fornecedores

	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2017
Fornecedores no país	41.163	41.163
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	203	-
Fornecedores no exterior	1.113	1.113
	<u>42.479</u>	<u>42.276</u>

12. Impostos a recolher

	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2017
IPi a recolher	2.478	2.478
ICMS a recolher	905	905
Pis a recolher	203	430
Cofins a recolher	935	984
Outros impostos	83	85
	<u>4.604</u>	<u>4.882</u>

13. Salários e encargos

	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2017
Provisão de férias	1.736	1.736
Provisão de encargos sociais sobre férias	637	637
INSS a recolher	540	540
IRRF a recolher	242	242
FGTS a recolher	159	159
	<u>304</u>	<u>304</u>
	<u>3.618</u>	<u>3.618</u>

14. Debentures

Descrição	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
				2017	2017
Debentures PLIN (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1 de outubro de 2027	249.947	256.304	256.304
Debentures PORG (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1 de outubro de 2027	331.281	339.616	339.616
				595.920	595.920
Circulante				3.250	3.250
Não circulante				592.670	592.670

- (i) O saldo refere-se a 577.567 debentures simples, não conversíveis em ações, na forma nominativa e escritural em 8 séries, 4 cada, os juros das debentures serão pagos mensalmente no dia 1º de cada mês, com início de pagamento em 1º de novembro de 2018 e o último, na data de vencimento de cada respectiva série.

As principais características das debêntures são apresentadas a seguir:

Título de dívida	Emissão	Vencimentos	Indexador	Quantidade	Valor	Amortizações	Garantias
Debêntures 1ª. Série 2ª. Série 3ª. Série 3ª. Série	21/06/2017	01/10/2024 01/10/2027 01/10/2027 01/10/2027	CDI+2% a.a	248.251	249.947	Mensalmente a partir de 01/11/2018	Penhor de ações Polo Films, Hipoteca do imóvel de Varginha, Hipoteca do imóvel de Montenegro, Cessão fiduciária de direitos creditórios - Sul Rio-Grandense e Cessão fiduciária de direitos creditórios - Polo Films. Adicionalmente e Fiança pela Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.
Debêntures 1ª. Série 2ª. Série 3ª. Série 3ª. Série	21/06/2017	01/10/2024 01/10/2027 01/10/2027 01/10/2027	CDI+2% a.a	329.316	331.281	Mensalmente a partir de 01/11/2018	Penhor de ações Polo Films, Hipoteca do imóvel de Varginha, Hipoteca do imóvel de Montenegro, Cessão fiduciária de direitos creditórios - Sul Riograndense e Cessão fiduciária de direitos

Título de dívida	Emissão	Vencimentos	Indexado	Quantidade	Valor	Amortizações	Garantias
							creditórios - Polo Films. Adicionalmente e Fiança pela Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.

Abaixo demonstramos a movimentação de saldo das debêntures:

Movimentação das debêntures	Saldo em 31/12/2016	Adições	Apropriação de juros	Pagamento de principal	Saldo em 31/12/2017
Debêntures 1ª. Emissão	-	249.947	6.357	-	256.304
Debêntures 1ª. Emissão	=	<u>331.281</u>	<u>8.335</u>	-	<u>339.616</u>
Total movimentação	-	581.228	14.692	-	595.920

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2017, o financiamento proveniente da emissão de sua segunda Debênture possuía as seguintes cláusulas restritivas:

Vencimento antecipado e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo;

- a. inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias pela emissora aos debenturistas;
- a. decretação de vencimento antecipado de quaisquer outro instrumento financeiro que somadas superem R\$ 3 milhões ou, individualmente, supere R\$ 2 milhões;
- b. atribuição de materialidade incorreta para as garantias;
- c. alienação de bens que ultrapasse 10% do total de ativos ou R\$ 5 milhões de reais sem a anuência prévia dos debenturistas;
- d. cisão, fusão ou incorporação sem anuência prévia dos debenturistas;
- e. modificações no controle societário;
- f. redução de capital social;
- g. protesto de títulos com valor individual ou somado maior que R\$ 3 milhões;
- h. solicitação por parte da Emissora de moratória, suspensão de pagamento, recuperação judicial, extrajudicial ou falência;
- i. encerramento das atividades empresariais;

- j. mudança relevante de condições econômicas, conforme Instrução CVM no. 358, de 3 de janeiro de 2002.
- k. No caso da irregularidade no uso do Imóvel de Varginha e/ou Imóvel de Montenegro

Conforme 5º Aditamento a escritura de emissão da debênture, a Companhia é requerida a apresentar os índices financeiros a serem apurados pelo Auditor independente anualmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, relativas a 31 de dezembro de 2018.

Covenants financeiros de “Dívida Líquida/EBITDA” que não poderá ser superior a 4,00 (quatro inteiros); e de “EBITDA/Resultado Financeiro” que não poderá ser inferior a 2,00 (dois inteiros).

15. Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2017	2017
Outras provisões	3.136	3.136
Provisão de frete	658	1.142
Fornecedores de imobilizado	245	245
Outras contas a pagar	242	472
	<u>4.281</u>	<u>4.995</u>

16. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhuma causa, bem como a Administração não havia conhecimento de nenhum litígio envolvendo a Companhia ou envolvendo sua controlada Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.

17. Patrimônio líquido

a. O capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 642 (seiscentos e quarenta e dois mil reais), composto por 642 (seiscentos e quarenta e dois mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

No total a Companhia passa ter um total de 651 (seiscentos e cinquenta e um mil) ações ordinárias nominativas, sendo que nove mil ações estão a integralizar.

b. Reserva de capital

Referem-se às parcelas de incentivos fiscais apuradas e acumuladas até 31 de dezembro de 2017.

c. Bonus de Subscrição

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01 de setembro de 2017 foram emitidos 383.066 Bônus de Subscrição pela Companhia, se exercidos integralmente, darão direito aos titulares em conjunto a deter um total de 88% do capital social total e votante da Companhia após a emissão das ações em decorrência do exercício dos direitos conferidos pelos respectivos Bônus de Subscrição (Percentual do Capital). Na data de emissão o percentual do capital é representado por 4.774.220. A opção de seus titulares poderá ser exercida no período que se inicia na presente data e se encerra após o prazo de 15 anos contados da data de emissão do Bônus de Subscrição. Esses Bônus referem-se as debêntures de Série Junior emitidas cujo preço será apurado pelo preço de emissão por cada nova ação - R\$ 80,92 x Taxa de Correção que refere-se a 100% do CDI.

18. Receita operacional líquida

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Venda de produtos - Mercado interno	1.073	111.468
Venda de produtos - Mercado externo	21.564	21.564
Vendas de produtos - Partes relacionadas (nota explicativa 11)	117.754	-
Receita Bruta	140.390	133.033
Impostos sobre vendas	(30.694)	(30.694)
Outros	(2.004)	(4.041)
Deduções	32.698	34.735
Receita operacional líquida	107.693	98.297

19. Custo dos produtos vendidos por natureza

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Custos de materiais	(91.654)	(81.252)
Custos logístico	(120)	(120)
Depreciações	(9.041)	(9.041)
Custo dos produtos vendidos	(100.815)	(90.413)

20. Despesa de vendas, administrativas e gerais por natureza

Despesas por função:	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2017
Despesas com vendas	(2.057)	(2.181)
Despesas gerais e administrativas	(1.304)	(1.349)
Outras despesas	(316.876)	(316.964)
Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza	<u>(320.237)</u>	<u>(320.493)</u>

Despesas por natureza:	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2017
Pessoal	(1.304)	(1.304)
Comissões de vendas	(1.928)	(1.928)
Amostras	(94)	(153)
Outros	(1.952)	(2.149)
Baixa de investimento - nota explicativa nº 10	(314.959)	(314.959)
	<u>(320.237)</u>	<u>(320.493)</u>

21. Resultado financeiro líquido

	<u>Controladora</u> 2017	<u>Consolidado</u> 2017
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	253
Variação cambial	-	-
Juros ativos	6	54
	<u>6</u>	<u>307</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(14.703)	(15.863)
Variação cambial	545	545
Despesas bancárias	(21)	(32)
Outras despesas	(4)	(4)
	<u>(14.183)</u>	<u>(15.354)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(14.177)</u>	<u>(15.047)</u>

22. Imposto de Renda(IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e sua controlada apresentaram as seguintes bases de cálculo para apuração do IRPJ e da CSLL.

	Controladora 2017	Consolidado 2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(327.309)</u>	<u>(327.656)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	111.285	111.285
Prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos no exercício	(112.007)	(112.081)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	-
Diferido	-	347
Total IRPJ/CSLL	<u>-</u>	<u>347</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>28%</u>

a. Ativos e Passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada da Companhia apurou um montante de R\$ 347 de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) ativos diferidos provenientes de despesas temporárias.

O montante de R\$112.007 na controladora e de R\$ 112.081 no consolidado é proveniente do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, cujos créditos fiscais diferidos não foram reconhecidos no exercício.

23. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

Essa nota apresenta informações sobre exposição da Companhia e sua controlada sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

Estrutura de gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

A política de gerenciamento de riscos da Companhia e sua controlada foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriadas, para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de riscos são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

(i) Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos, atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora
	2017
Caixa e equivalentes de caixa	91
Aplicação financeira	338
Contas a receber de clientes	74.052
	74.481
	Consolidado
	2017
Caixa e equivalentes de caixa	933
Aplicação financeira	12.791
Contas a receber de clientes	44.861
	58.585

Em 31 de dezembro de 2017, a composição por classe de vencimento dos saldos para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
A vencer	31.103	37.689
Vencidos de 1 a 30 dias	7.522	6.725
Vencidos de 31 a 60 dias	6.212	447
Vencidos de 61 a 90 dias	15.515	-
Vencidos acima de 90 dias	13.700	-
Total	74.052	44.861

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de manter disponibilidade e liquidez em seu caixa, para garantir o pagamento de suas obrigações.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017;

Controladora				
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa até 1 ano	Fluxo de caixa Superior a 1 ano
Passivos				
Fornecedores	13	42.479	42.479	-
Debentures	16	595.920	3.250	592.670
		638.399	45.729	592.670

Consolidado				
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa até 1 ano	Fluxo de caixa Superior a 1 ano
Ativos				
Passivos				
Fornecedores	13	42.276	42.276	-
Debentures	16	595.920	3.250	592.670
		638.196	45.526	595.670

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxa de juros em suas aplicações.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juro era:

	Valor contábil	
	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2017
Instrumento de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	338	12.791
<i>Passivos financeiros</i>		
Debentures	595.920	595.920

Análise de sensibilidade de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição	Riscos	Taxa de juros efetiva a.a. 2017	Controladora				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV 25%	V 50%
1 - Passivo Financeiro								
Debentures	595.920	Variação do CDI	9,98%	59.473	74.341	89.209	44.605	29.736
				59.473	74.341	89.209	44.605	29.736
Exposição Patrimonial	Exposição	Riscos	Taxa de juros efetiva a.a. 2017	Consolidado				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV 25%	V 50%
1 - Passivo Financeiro								
Debentures	595.920	Variação do CDI	9,98%	59.473	74.341	89.209	44.605	29.736
				59.473	74.341	89.209	44.605	29.736
2 - Ativo Financeiro								
Aplicação Financeira	12.791	Variação do CDI	9,98%	1.277	1.596	1.915	957	638
				1.277	1.596	1.915	857	638

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real (R\$).

Outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a política do Grupo é garantir que sua exposição líquida seja mantida a um nível aceitável, através da compra ou venda à vista de moedas estrangeiras, quando necessário, para cobrir descasamentos de curto prazo.

As transações atreladas a moedas estrangeiras, é o dólar norte-americano, que encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2017, com valorização do dólar em relação ao real de 1,5% quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

	Controladora	Consolidado
Exposição Cambial	2017	2017
Contas a Receber (em R\$)	17.843	17.843

No quadro a seguir a Companhia considerada, três cenários de risco para os indexadores de moedas o contas a receber, sendo o cenário provável pela Companhia e por suas controladas, além de projeções adicionais de valorização de 25% e 50% e desvalorização desses mesmos percentuais sobre o cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição	Moeda	Cotação do Dólar Bacen 31.12.2017	Controladora				
				Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)
1 - Ativo Financeiro	Contas a Receber	Dólar	3,31	17.843	22.304	26.765	13.382	8.922
				17.843	22.304	26.765	13.382	8.922
Taxa do Dólar				3,31	4,14	4,96	2,48	1,65

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cuja aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	91		91
Aplicações financeiras	4	338	-	-	338
Contas a receber de clientes	5	-	74.052	-	74.052
		338	74.143	-	74.481
Passivo					
Fornecedores	13	-	-	42.479	42.479
Debentures	16	-	-	595.920	595.920
		-	-	638.399	638.399

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	933	-	933
Aplicações financeiras	4	12.791	-	-	12.791
Contas a receber de clientes	5	-	44.861	-	44.861
		<u>12.791</u>	<u>45.794</u>	<u>-</u>	<u>58.585</u>
Passivo					
Fornecedores	13	-	-	42.276	42.276
Debentures	16	-	-	595.920	595.920
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>638.196</u>	<u>638.196</u>

Valor Justo

(i) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de mitigar ou eliminar riscos inerentes à sua operação.

(ii) *Instrumentos financeiros “não derivativos”*

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber e debentures não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017.

(iii) *Hierarquia de valor justo*

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

(iv) *Apuração do valor justo*

Nível 2 - As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado são classificadas na categoria nível 2.

A divulgação do valor justo da debentures são classificados no nível 2 na hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datases.

24. Eventos subsequentes

Em 21 de fevereiro de 2018 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária tratando da retificação das características dos Bonus de Subscrição emitidos pela Companhia, conforme AGE de 01 de setembro de 2017, para concluir o processo de custódia eletrônica dos Bônus de Subscrição na B3 - Bolsa, Brasil, Balcão S.A., conforme exigências da Central Depositária de Ativos da B3 bem como ratificação das demais aprovações da AGE de 01 de setembro de 2017.

Em 07 de março de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre os seguintes pontos:

- A ratificação da garantia fidejussória outorgada pela Companhia nos termos da AGE de 21 de junho de 2017 onde a Polo Films assume as debêntures de Polo Industria e Proquigel;
- Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros será administrado pelo Itaú Unibanco S.A.

Antônio Tulio Jou Inchausti
CEO

Fabio Dias Garcia
CRC/RS-061178/O-4
